

ESTADO, NAÇÃO E TRABALHO: OS LIMITES E FRONTEIRAS DOS QUE MIGRAM

Gilson Costa Aguiar

“O alemão é educado para formar em qualquer lugar que esteja, uma futura Alemanha.” (09:53)

Raul Darcanchy (1915)

“Xenofobia – um problema especificamente alemão? Isso seria bom demais para ser verdade. A solução estaria evidente: isolar a República Federal da Alemanha, e então o resto do mundo poderia respirar aliviado. Facilmente se poderia mencionar alguns países vizinhos onde as qualificações para a imigração são bem mais rigorosas de que na Alemanha. Tal comparação porém, não levam a nada. A xenofobia é um fenômeno universal, e em lugar nenhum ela é tratada como racionalidade, mas então o que há de tão especial com a Alemanha?” (13:101)

Hans Magnus Enzensberger (1986)

Entre as falas de Raul Darcanchy e Enzensberger,

existem 71 anos dentro dos quais o processo de migração e seus efeitos tem sido um dos principais objetos de interesse da humanidade. O mundo assiste ao movimento de homens em busca do “El Dorado”, por muitas vezes mais mito que realidade principalmente quando impressos nas imagens convidativas dos “paraísos terrenos”, nas diversas partes do globo em uma mídia televisiva, quase uma realidade virtual, de aparente proximidade.

Por isso, segundo Enzensberger *“Ninguém migra sem a promessa de algo melhor. No passado, lendas e boatos compunham a mídia da esperança. A Terra Prometida, a lendária Atlântida, El Dorado ou o Novo Mundo forneceram as histórias mágicas que motivaram muitos a partirem.*

Hoje o sonho chega através das imagens da mídia global até o mais remoto povoado do mundo em desenvolvimento. Essas imagens contêm menos substância, menos realidade do que mesmo a mais fantástica das lendas de outrora, no entanto, seus efeitos são incomparavelmente mais poderosos.”¹(13:94)

As perspectivas do perigo das migrações não estão em seus movimentos físicos exclusivamente, mas na consequência natural de um mundo temeroso pela falta de espaços de sobrevivência mínima, o que leva à criação e recriação de valores de unidade social e de cisão, há fronteiras que ganham aspectos raciais, étnicos e culturais, desembocando em ações violentas entre grupos humanos que se identificam por um passado recente ou longínquo. Isso justificando o aniquilamento ou banimento do "outro" e que tem como pano de fundo a polarização mundial entre regiões de sobrevivência e fome.

Essas lutas e buscas por espaços, onde a promessa de vida é o principal cartão postal, de longe adotam o Estado Nacional como palco exclusivo de suas disputas. São confrontos entre grupos

étnicos, entre bairros de negros e brancos, de muçulmanos, cristãos e judeus. O renascer da superioridade racial, do direito natural, da primazia populacional, da histórica opressão que repousava na memória perdida em diversas nações buscam apontar o vizinho muçulmano, negro, latino, mulher ou homossexual, como o responsável dos males e determinar seu banimento ou subordinação. Agimos como quem joga um manto sobre o outro, esconde sua face de nossos olhos e lhe dá motivos para reagir sem consciência.

Não é diferente acompanhar pelos meios de comunicação uma luta entre guerrilheiros muçulmanos no Afeganistão, empunhando um radicalismo religioso e conservador, onde a mulher é a vítima mais fatal. O radicalismo se respalda nas "tradições", muitas vezes reinterpretadas por um olhar imediato servindo de instrumento para justificar atos de extrema violência contra o suposto inimigo do presente, independente se o ontem fosse nosso maior aliado.

¹ Hans Magnus Enzensberger. *O Vagão Humano*. in.: *Veja 25 Anos: reflexões para o Futuro*. Freguesia do Ó: Editora Abril, 1990, p.101.

Ilusão pensarmos que as violências raciais, étnicas e religiosas, sejam algo exclusivo dos países do antigo Terceiro Mundo, ou dos "não civilizados". Nos Estados Unidos, as ondas migratórias cresceram assustadoramente, principalmente em relação aos hispânicos. Os mexicanos são os principais contribuintes deste processo migratório, sendo 64% dos imigrantes de origem latino-americana. A política de migração norte-americana tende a um arrocho na virada do milênio, principalmente em relação à imigração clandestina, que cresceu 30,3% entre janeiro e março de 1995².

Esse tipo de problemática tem criado, nos Estados Unidos, uma série de movimentos de combate à imigração clandestina, assim como à imigração em geral, através de instituições como a FAIR (Federation for American Immigration Reform), que busca organizar os "cidadãos" norte-americanos para o combate ao imigrante clandestino, angariando fundos e distribuindo periódicos informativos de atuação. Denunciar o clandestino é fundamental neste processo.

Na França, a política conservadora, liderada por grupos de centro-direita, levou à atuação violenta contra mendigos. O prefeito de La Rochelle, Michel Crépeau, proibiu "toda a ocupação abusiva e prolongada de ruas, praças, cais, mercados e vias públicas". Não podemos esquecer que boa parte desses mendigos que andam pelas ruas das cidades francesas são imigrantes ou seus descendentes. Enquanto isso, Le Pen liderou o protesto de 6.500 franceses da Frente Nacional (de extrema direita), durante o enterro de um jovem assassinado, supostamente por um árabe, sem esquecer que o governo francês já aprovou uma série de medidas e leis de bloqueio à imigração, as quais provocaram manifestações de grupos contrários, mas que pouco efeito tiveram.

A "democracia racial brasileira" está longe desta realidade?

Nos primeiros meses de 1997, os meios de comunicação abriram espaço para falar da discriminação em relação aos veranistas de final de semana, com seus ônibus

² Dados do "Caderno Mais. In: Folha de São Paulo, julho de 1995.

inseguros, churrascos à beira da calçada e sua baixa renda. As medidas de combate aos veranistas, conhecidos como "farofeiros", não estão longe de uma discriminação de proporções cada vez maiores, em que o preconceito repousa nos fundamentos absurdos, como a preservação do meio ambiente, segurança para os banhistas e transmissão de doenças. Afinal, segundo muitos, "esta praia tem dono".

Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro se transformaram em palco de uma guerra civil incessante, marcada pela violência do crime organizado ou não, apresentando índices equiparáveis a guerras de grandes proporções, mas diferenciado por um triste legado de aparente eternidade, sem lados definidos e ideologias expressas. Nesta guerra todos somos voluntários forçados, no desespero de defender o que temos ou queremos ou o que somos ou não.

Para muitos paulistas e cariocas, o crescimento desordenado é um dos principais culpados, em especial a histórica da migração nordestina, que muitos associam mais a raça que pela condição

histórica de sua formação. Afinal, os subnutridos já têm seus inimigos organizados, quase sempre uma classe média temerosa em que a água da miséria se eleva além do pescoço.

Cidades como Curitiba têm vivido um bom exemplo do poder da mídia como meio convidativo para os que migram. Sua imagem de "capital de primeiro mundo", incrustada no "pobre hemisfério sul", foi orgulho e símbolo da promessa urbana brasileira nos projetos internacionais de habitação, educação, trabalho e transporte. A política apresentada pelo governo do Estado do Paraná em busca de investimentos internacionais, através da instalação de indústrias, em especial automobilística, apresenta uma via de mão dupla. O tão decantado emprego, que muitos dos que migraram vieram buscar, esbarrou nas modernas linhas de montagem robotizadas das multinacionais.

Essa realidade tem resultado em discussões polêmicas e debates que compreendem não só a busca do entendimento de uma questão que é mundial, mas principalmente, de como as correntes migratórias e as transfor-

mações decorrentes de sua ação irão colaborar para a tão esperançosa "virada do milênio".

Não é por acaso que um grande número de Conferências têm sido realizadas por instituições internacionais, tendo como articuladora a ONU, na tentativa de desenvolver uma política de controle populacional, ou de garantir a mínima sobrevivência das populações dos países pobres.

Boa parte desses debates, arrolam acerca do crescimento populacional no próximo século, em que as perspectivas são alarmantes. Uma projeção do crescimento populacional no mundo em 2030, aponta para 8,5 bilhões de indivíduos, sendo a Ásia e a África os maiores contribuintes para estas cifras³. Muitos sugerem, diante desses números, o controle de natalidade e uma nova política de migração como solução e prevenção para a explosão populacional do próximo milênio.

No Cairo, em setembro de 1994, após oito dias de negociações, delegados de mais de 180 países, buscaram definir uma política de controle populacional. Contudo, as justificativas para tais

medidas, demonstraram as intenções das nações consideradas de primeiro mundo, preocupadas com os índices de deslocamento populacional vindos das nações pobres.

Entre os pontos de maior polêmica, estava a discussão sobre a reunificação familiar, direito do imigrante de levar sua família para o país onde mora. As nações consideradas ricas não desconsideraram por completo este direito, mas o deixaram como um princípio, ou seja, não necessariamente os países que receberam ou receberem imigrantes têm de respeitá-lo.

Por trás desse debate, está uma das mais profundas contradições do mundo contemporâneo. Nossa economia é cada vez mais oriunda de um desenvolvimento de caráter global em que seus negócios ganham um aspecto natural ao

³ Segundo dados da Folha de São Paulo: caderno Mundo, de 4 de setembro de 1994 (p.3), a população mundial até 1990, era de 5 bilhões de indivíduos, calcula-se que para 2030, esta população sofrerá um acréscimo em torno de 50% (8,5 bilhões). Os Continentes que mais contribuirão para este crescimento serão: Ásia, com 5,1 bilhões; África, com 1,6 bilhões; Europa, com 742 mil, América Latina, com 715 mil; EUA, com 368 mil. Os maiores índices de crescimento estarão na África (116%), América Latina (51%) e Ásia (47%).

ingressar em parcelas cada vez mais amplas do cotidiano mundial. Porém, seus efeitos respondem com manifestações localizadas e violentas devido às condições desfavoráveis de uma imensa maioria de indivíduos em diversas partes do mundo, projetando suas frustrações na convivência com "o outro" mais próximo.

Contudo, reafirmamos que esta violência é fruto das contradições de um mundo de riqueza acumulada e pobreza propagada, em que imensas áreas agrícolas batem recordes de produção, das quais muitas estocadas até a pó-dridão, e outras em constante escassez, promovem conseqüências desumanas para seus habitantes.

Há um século, a vinda de imigrantes representou uma solução para os problemas de ordem econômica, social e política. A ocupação de imensa quantidade de terras na África, Ásia, América e Austrália, foi fundamental na formação da estrutura econômica atual. Os grandes impérios econômicos que se movimentam no mundo hoje têm seus antepassados no imperialismo e neo-colonialismo do século XIX.

Os imigrantes desse período, por ironia da história econômica e social da humanidade, vinham em grande parte da Europa, trazidos pela ilusão do velho "El Dorado" no "Novo Mundo", local possível de enriquecer e quem sabe voltar melhor do que veio, ou simplesmente viver em um mundo novo.

Hoje vemos a contradição da volta proibida os alemães, franceses, italianos, portugueses, espanhóis de ontem, não são os mesmos de hoje. A riqueza que foi também não voltou. Uma troca justa para séculos de exploração.

Por isso, os países europeus ocidentais, assim como os Estados Unidos, estão desenvolvendo uma política de combate ao imigrante, o que se tornou um fato, não porque jamais tenha existido, pelo contrário, mas pela radicalização que tem tomado nas últimas duas décadas. O estrangeiro nunca foi tão ameaçador.

Se por um lado, pensávamos que a internacionalização de uma economia, seus valores culturais, os direitos internacionais, enterriam definitivamente os pré-conceitos raciais e destruiriam o

nacionalismo fanático, estávamos enganados. Eles renasceram, e não foram das cinzas, mas do que jamais morreu, os fundamentos que o sustentaram e os sustentam: a riqueza e miséria.

Muitos começam a se ver cercados por uma vizinhança incômoda, caracterizada por um cotidiano que demonstra o quanto é frágil o bem-estar. E muitos dos que chegam precisam da saúde pública para curar ou morrer da doença mais banal e que exala na pele o cheiro de quem vem de longe para conhecer de perto o "falso paraíso", descoberto nas telas da mídia televisiva.

Algumas partes do mundo parecem estar ameaçadas com a chegada cada vez maior de uma massa de esperançosos imigrantes. Os pobres do globo se movimentam por um mundo cada vez mais decadente, o dos sobreviventes.

Mas não podemos culpar os migrantes pobres pelos problemas que assolam nossas metrópoles, praias, campos e nações. Mesmo a tempestade mais feroz de gafanhotos só destrói as plantações porque seu equilíbrio natural de sobrevivência foi tirado.

A fome não é uma construção de um grupo, classe, etnia ou raça. Ela é fruto de séculos de riqueza extraída em nome de uma civilização, que se banha nas moedas vermelhas dos miseráveis que batem à sua porta.

Mas a memória social e coletiva não percebe a origem racional de seus problemas, usa entre nativos e estrangeiros sua identidade. Aquele que se acha "nativo" já não vê o "estrangeiro" com bons olhos e se organiza de alguma forma, através de uma identificação natural, ligada aos valores comuns de nacionalidade, raça, religião, ou tradições culturais, para despertar o nascer da fronteira natural entre o "nós" e "os outros". E é nessa identificação que repousa a grande contradição do mundo contemporâneo: "o filho miserável das riquezas concentradas".

Um mundo dentro do outro: formas de entender o homem contemporâneo

O que faz um homem formar a consciência de si e transformá-la em muro natural? Como constrói este homem o seu muro e sua identidade? Qual o fio

condutor de suas ações?

Essas questões nos parecem fundamentais na compreensão do mundo contemporâneo, onde os conflitos que abordamos acima, evidenciam um reinterpretar de identidades dos mais diferentes aspectos de sua existência. Mas esse processo tem sua origem. Talvez seja necessário voltar para compreendermos a complexidade do mundo atual.

A partir da segunda metade do século XIX, a formação dos Impérios coloniais, foi acompanhada da formação da nacionalidade como expressão de identificação social, momento em que a marcha de homens para a América, vindos da Itália, Polônia, Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Portugal, Romênia etc., se processava em ritmo crescente.

A contradição entre os que partiam e o fortalecimento do sentimento nacionalista geraram um forte caráter civilizador das massas que vinham em direção à América, África e Ásia. Para muitos, os imigrantes traziam consigo a possibilidade do progresso, tanto para a Europa industrializada que se livrava de um excedente de mão-de-obra, prejudicial ao desenvolvimento modernizador do

capital, como para as regiões e nações agrárias que os recebiam.

Contudo, um modelo de unidade ganhava uma expressão particular na identificação do corpo social, a nação e o Estado.

Segundo Hobsbawn, *“a base dos “nacionalismos” de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com “sua” nação e podiam ser mobilizadas, como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras, presteza que podia ser explorada politicamente. A democratização da política e especialmente a das eleições oferecia amplas oportunidades para mobilizar as pessoas. Quando os Estados faziam isso, chamavam-no de “patriotismo”. Originalmente, a essência do nacionalismo de direita, que emergia em Estados-nação já estabelecidos, era a reivindicação do monopólio do patriotismo para a extrema direita política, e por meio dela a estigmatização de todos os demais como traidores.”*(15:204)

Essa construção de modelo de Estado serviria em muito aos interesses de um imperialismo econômico que organizou suas estruturas a partir da

internacionalização da economia industrial e das explorações coloniais do século XIX.

A polarização das grandes potências, principalmente em busca de organizar impérios transnacionais, desembocou nos conflitos que levariam à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1938-1945). Nesse contexto, a atuação dos Estados-nação teve um papel fundamental.

Durante tais conflitos, a importância do Estado como agente de unidade e identificação coletiva se fortaleceu, mesmo na ex-URSS, onde as ações contra o Estado Alemão de Hitler (1941-1945), foram incentivadas muito mais pelo orgulho dos mitos do Estado Czarista Russo, e do personalismo stalinista, do que a "consciência operária" da Revolução de outubro de 1917⁴.

Na América Latina a formação dos Estados Nacionais, na primeira metade do século XIX, efetivou-se sobre os modelos das antigas metrópoles européias (se não nas forma de governo, mas nos territórios delimitados sobre uma determinada estrutura de exploração e ocupação colonial).

Ocorre também em função dos interesses do desenvolvimento do capital internacional desejoso de uma organização e controle das áreas de dependência, vinculadas ao mercado internacional, assim como garantia a exploração em nova áreas não integradas aos seus interesses⁵.

Diante disso, os inimigos de ontem ocupavam um lugar "as-grado" e distante dos olhos mortais do atento cidadão. Os modelos liberais de Estado-nação se propagaram por boa parte do mundo, se não em sua totalidade, mas em estrutura, organizando aparatos administrativos e burocráticos, com aspectos comuns e de aparência natural: a polícia, a legislação, tributos, diretrizes educacionais, saúde pública, ética política, a ordem familiar, a naturalização e o trabalho.

Mesmo com a ascensão de regimes socialistas, as bandeiras nacionais e seu Estado ganharam um expressão consideravam na elaboração das estruturas do poder

⁴ Bronilaw Baczko, em sua obra "Imaginação Social". in Enciclopédia Einardi. Imprensa Nacional Lisboa, vol.5, 1984.

⁵ Ver Benedicl Anderson *Nações e Consciência Nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

As bandeiras, hinos e territórios nacionais se levantavam como representação, abrigo, e como uma identificação de espaço e representação dos interesses do cidadão.

Os conflitos presenciados durante a Guerra Fria, que polarizaram o mundo com diplomacias e guerras de caráter localizados, simbolizaram fronteiras muito além do espaço físico da idêntica nacional. Firmaram uma unidade ideológica de blocos internacionais (socialismo, capitalismo e não alinhamento). O Estados-nação, foram fundamentais na luta entre esses blocos, ou mesmo na organização das nações do Terceiro Mundo e não-alinhados⁶.

Após a Segunda Guerra Mundial e durante a "Guerra Fria", os processos de descolonização da África, Ásia e de algumas novas nações da América Latina, em muito utilizaram as bandeiras do Estado-nação (fosse ele socialista ou não), que delimitavam com eficácia o opositor.

Mesmo aqueles que se colocavam à margem do poder estabelecido, utilizavam de símbolos

ideológicos de contestação, mas com o mesmo valor de combate a tomada do Estado-nação. Foi assim com os guerrilheiros na Bolívia, Peru, Chile, Nicarágua e Colômbia, ao se utilizarem de um forte caráter nacionalista ao combaterem a exploração do capital estrangeiro, simbolizado pelos EUA; foi assim com o McCartismo na luta contra o "perigo vermelho" das ditaduras militares; foi assim, no combate aos norte-americanos em que Cuba idealizou seu discurso revolucionário⁷.

Contudo, as novas nações surgidas com a descolonização e o Terceiro-Mundo, de forma geral, tenderam a estruturas frágeis de sustentação, principalmente em relação à população civil sendo, em grande parte, comandadas por regimes militares, com um forte caráter autoritário.

Segundo Hobsbawn, "(...) a

⁶ Composta inicialmente por países afro-asiáticos, o "Terceiro Mundo", teve seu marco inaugural na *Conferência de Bandung*, na Indonésia, realizada em 1955. Os países presentes nesta conferência afirmaram o interesse de compartilhar questões de interesse internacional, sem participar da divisão do mundo em sistemas sociais antagônicos.

⁷ Ver Borda, Fals. *As revoluções inacabadas da América Latina*. São Paulo: Global, 1979.

predominância de regimes militares, ou a tendência de neles cair, unia Estados do Terceiro Mundo de diversas filiações constitucionais e políticas. Se lhes omitirmos o corpo principal dos regimes comunistas do Terceiro Mundo (Coréia do Norte, China, as repúblicas indochinesas e Cuba), e o regime há muito estabelecido oriundo da Revolução Mexicana, é difícil pensar em quaisquer repúblicas que não tenham conhecido pelo menos episódicos regimes militares depois de 1945." (16:340)

Os debates sobre o processo de organização de um mercado comum, ou mesmo uma comunidade latino americana, se orientou em teorias sobre o verdadeiro papel do Estado e dos organismos públicos como espaço de poder e transformação das condições sociais. Muitos discutiam uma aproximação entre os países da América Latina, visando combater o inimigo comum, a exploração do capital estrangeiro.

No Brasil durante a Guerra Fria (1946-1989) e o regime militar (1964-1985), se desenvolveu um campo fértil para a discussão do papel do Estado-nação enquanto mediador do interesse público e privado, do interesse nacional e

multinacional.

Muitos dos grandes cientistas sociais brasileiros produziram nesse contexto, as correntes de pensamento que polemizaram o papel do Estado-nação. Muitos elaboraram teses de entendimento das condições de miséria social e produção de riqueza, em grande parte debatendo sobre a "teoria de dependência" e seus efeitos.

Podemos listar uma série desses pensadores, alguns com uma sólida posição no cenário intelectual brasileiro e com grande participação política tanto nos aparelhos governamentais e não governamentais que, de uma forma ou de outra, discutiram a "teoria de dependência".

Contudo, a definição de Octavio Ianni, nos parece mais adequada: *"existe dependência estrutural sempre que as estruturas econômicas e políticas de um país estão determinadas pelas relação do tipo imperialista. Isto significa que instituições econômicas, políticas, militares, educacionais, religiosas e outras (em grau variáveis) podem ser influenciadas ou mesmo determinadas pelas relações de dependência. É como se o imperialismo provocasse, no*

*interior da sociedade subordinada, o aparecimento ou a reformulação de relações, instituições e ideologias, em conformidade com as determinações resultantes dos processos econômicos e políticos que se desenvolvem a partir da nação dominante. Portanto, a dependência estrutural corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas de tipo imperialista*⁸. (17:199-200)

Em sua obra, Ianni argumenta ainda que o Estado exerceu um papel de agente organizador e intermediador para a exploração do capital estrangeiro, em especial imperialista. Contudo, tem tomado atualmente, um papel oposto, o de obstáculo à expansão e exploração deste mesmo capital, por isso o seu papel decadente e diluído:

"A mesma nação que havia sido criada com a revolução burguesa, ao surgir o capitalismo, passa a ser posta em causa pelas mudanças e crises que ocorrem no âmbito do próprio capitalismo. Na América latina e no Caribe, a despeito das condições muito peculiares em que ocorre a revolução burguesa, ao longo dos séculos dezenove e vinte, aí também a nação é, em boa parte, o produto e a condição desse vasto

*e contraditório processo social. É verdade que, desde o começo sempre estiveram presentes os monopólios, trustes, cartéis, multinacionais. A história desses países compreende configurações nacionais altamente determinadas por vários fatores: economia primária exportadora ou de enclave; industrialização substitutiva de importações, reflexa, induzida ou truncada; associações de capitais estrangeiros, principalmente norte-americanos, com nacionais, ou nativos, sob a denominação de jointventures; multinacionais, sem esquecer que "a rede da multinacional pode tornar-se veículo através do qual o poder de um estado soberano se projeta no território do outro"*⁹. Ao longo dessa história, o mesmo capitalismo que estabelece o cenário da nação estabelece o cenário da antinacão.¹⁰" (17:214-215)

A desintegração do Estado já era percebida naquele contexto. O crescimento do capital externo dentro das fronteiras do Estado-

⁸ Ianni, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988, p.199-200.

⁹ Raymond Vernon. *Tempestade Sobre as Multinacionais*, tradução de Waltensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980, p.171.

¹⁰ Ianni, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988, p.214-215.

nação, demonstravam a transferência do controle da economia e de boa parte da força de trabalho para as mãos das empresas multinacionais. O desenvolvimento dessa realidade resultou nos mecanismos que condenaram o papel do Estado-nação e do seu poder público:

“Sob vários aspectos, a crise econômica mundial põe em evidência as limitações econômicas, políticas, culturais do estado-nação na América Latina e no Caribe. As economias nacionais aparecem como subsistência altamente determinados pelas políticas econômicas do exterior. São comuns os casos de profundas distorções de economias nacionais, face aos desenvolvimentos originados pelos interesses de empresas estrangeiras associadas com grupos econômicos locais, nativos.”¹¹ (17:217)

Apontamos novamente para o capitalismo como agente determinante de formação e diluição do Estado-nação como aparato de poder.

Hoje, ao se apresentar em com estruturas transnacionais de maior versatilidade (estruturas de produção, meios de transporte, regimentação de capital, desenvolvimento tecnológico, apa-

ratos jurídicos internacionais eficientes etc.), o capitalismo mantém-se sobre um discurso preservado na aparência, mas reorganizado pela prática. Desde a expansão marítima até as revoluções liberais dos séculos XVII a XIX, assim como ao longo da consolidação dos impérios econômicos (séculos XIX e XX), as fronteiras nacionais e os movimentos das massas humanas obedeceram às ondas de investimento, produção consumo, crise e expansão da economia capitalista.

Por isso, se o leitor se acha perdido entre uma discussão dos movimentos migratórios e da formação e função do Estado-

¹¹ idem, p.217.

¹² Utilizamos o termo "esquina", para reportarmos a origem do Estado-nação, por que muitos o consideram como um valor tão tradicional quanto a humanidade sobre a terra, contudo sua formação remonta nos países da Europa, e berço do capitalismo, o século XV e XVI; nos Estados Unidos o século XVIII foi o marco de sua formação; na América Latina o processo de independência o consolidou no início do século XIX; mesmo em países como a Alemanha e Itália o Estado-nação adveio das lutas imperialistas no final do século XIX. Podemos refletir então, o porquê muitos chegam a lhe expressar um sentido de naturalidade existencial, como se sempre esteve, estivesse e estará lá, acima de todos, fazendo justiça, promovendo o bem estar, sem perceber que fomos nós que o constituímos. Talvez seja necessário saber a quem ele serviu, serve e servirá, para desvendar sua aparente naturalidade.

nação, principalmente nas áreas pobres do globo, gostaríamos de dizer que não é o único. Essa discussão avança sobre os limites entre o poder público e privado, e o verdadeiro papel do Estado neste processo, denunciando uma contradição inegável nos dias de hoje, mas que tem suas raízes na "esquina"¹² do passado.

Para Schelbauer, *"a contradição entre o público e o privado que, no mundo antigo se configurava nas classes sociais, entre escravo e cidadão, no mundo moderno, ela toma a forma na dualidade de ser homem e cidadão, ao mesmo tempo. Pois, enquanto homem volta-se para seus interesses privados e enquanto cidadão, para os interesses públicos. Assim, a liberdade individual, princípio da produção de riquezas, ensina que o indivíduo, na busca de seus interesses, não pode desconsiderar o interesse do outro, uma vez que a sociedade é vista como meio de realização dos interesses privados. Esta é a razão burguesa"*.¹³ (26: 111)

O Estado-nação demonstra hoje, mais que qualquer outro momento de sua recente história, seus limites, principalmente a sua incapacidade de intervir nos rumos de uma economia cada vez mais integrada a interesses externos.

Os efeitos pulverizados desse processo de internacionalização econômica se apresentam em fragmentos aparentes no contexto mundial, tanto na forma como assumem, como no espaço de atuação e discurso que tomam dentro dos limites do Estado-nação. Podemos considerar a luta contra o tráfico, a marginalização do negro, a opressão à mulher, o abandono ao menor, o ineficiente aparato policial, a falta de empregos, os que vão ao Japão, os que chegam do nordeste, os que atravessam ilegalmente as fronteiras, os que morrem de fome, os que morrem na fila à espera de esperança, as Igrejas lotadas mais de fanáticos que fiéis, e os manuais de felicidade nas bancas de revista, uma demonstração das particularidades de um mesmo problema, o qual jamais será exclusivamente nosso, mas sim do mundo.

Boa parte dos mortais e terrenos cidadãos sentem a ascensão do imbatível consumidor, em sua "qualidade total" atendido por

¹³ Schelbauer, Analete Regina. *Da Instrução à Educação*. in.: Revista Unimar. 18(1): p.111.

poder comprar, diferenciando-se do necessitado público pela cor, raça, etnia e sexo, de bolsos vazios.

Como diz Henzensberger, “os imigrantes mais bem qualificados encontram menos barreiras. O astrofísico indiano, o famoso arquiteto chinês, o negro africano ganhador do Prêmio Nobel são todos bem-vindos a qualquer lugar do mundo. Afinal, os ricos jamais são mencionados nesse contexto; ninguém questiona sua liberdade de movimento. Para um empresário de Hong Kong, adquirir um passaporte britânico não constitui um problema. A cidadania suíça também é, para imigrantes de qualquer origem, apenas uma questão de preço. Ninguém jamais fez objeção à cor da pele do sultão de Brunei. Os estrangeiros são mais estrangeiros quando são pobres.”¹⁴ (13:99)

A marginalização e desprezo da figura humana, é de conhecimento de uma massa cada vez maior de indivíduos, através de uma eficiente cadeia de informações (mídia televisiva em especial), contudo, contribui para a deformação de uma realidade distante da confortável sala de TV. A deformação da visão e participação do homem em seus pro-

blemas mais próximos, não é culpa exclusiva da mídia, como muitos querem acreditar. Ela repousa nas estruturas mais profundas das relações do homem com seu coletivo.

As imagens de destruição e morte provocadas pelas contradições entre riqueza e pobreza, tomam parte considerável do campo visual dos homens deste fim de século, mas sua rapidez e fragmentação e as vidas individualizadas no cotidiano de uma massa considerável que caminha inconsciente para o mesmo lugar, impedem seu entendimento.

Dessa maneira, podemos entender a movimentação dos homens pelo mundo, a ineficiência do Estado-nação e sua incapacidade em manter o interesse público acima do privado, podemos argumentar sobre o caos dos grandes centros, mas as respostas a essas questões não estão nos grandes projetos de qualidade, tampouco nas políticas de conhecimento e qualificação de mão-de-obra, em que o tão decantado

¹⁴ Enzensberger, Hans Magnus. *O Vagão Humano*. in.: *Veja 25 Anos: reflexões para o futuro*. Freguesia do Ó: Editora Abril, 1990, p.99.

conhecimento é restrito pela sua natureza e função excluindo a cada passo de aprimoramento milhões de indivíduos do trabalho produtivo.

Voltar à produção artesanal, barrar a tecnologia, dar preferência ao homem, são discursos infantis diante de um mundo onde o capital vive do desenvolvimento tecnológico da produção para a garantia de sua sustentação. A quem defende esta crença, é impossível lhe dar outro nome. Precisa-se resgatar e conhecer um pouco melhor o liberalismo e o marxismo em suas análises econômicas mais clássicas.

O que se pede é o "olhar atento", ao perceber que o temor do policial, do delinqüente, do desempregado, do aposentado, dos negros, dos africanos, dos latinos que atravessam fronteiras, dos nordestinos, dos que são barrados por muros de concretos, de leis, de cor, de raça, temem a si mesmos.

O temor dos miseráveis são a sombra dos condomínios fechados e seus aparatos de segurança e vida, que dispensam o Estado-nação, e levantam seus muros contra os perigos da convivência

com o estranho e ameaçador vizinho.

Temos de estar atentos. A ação e a consciência não se fazem de dogmas e projetos de gabinete, de instrumentos banais da lei descumprida, do conhecimento minimizado ou da tão decadente cidadania limitada nas fronteiras da nação.

Os que vivem um fantasioso mundo particular, protegidos pelo cotidiano regrado de imagens imediatas e filtradas que dispensam o olhar e o pensar atento, constroem mundos dentro de outro. E o que é dolorosamente real: vivem e morrem na solidão acompanhada de milhões de homens tão iguais e tão diferentes a eles que os temem.

É preciso pensar nisso!

Bibliografia

01. ANDERSON, Benedictg. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
02. ARIÉS, Philippe. *Uma Nova Educação do Olhar* In: *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1980.

03. BRASIL, Serviço Nacional de Povoamento: *Relatório: Estado de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.
04. BINZER, Ina Von. *Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994. 171p.
05. CÁCERES, Florisval. *História da América*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1992.
06. CASTRO, Therezinha. *História Documental do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 1986.
07. COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
08. COSTA, João Cruz. *Contribuição a História das Idéias no Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros, 86. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
09. DAMARCANHY, Raul. *O Pan-Germanismo no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Liga Brasileira pelos Aliados, 1915. 87p.
10. DUBY, Georges. *História Social e Ideologia das Sociedades*. In: Le Goff, Jacques. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976. 200p.
11. _____. *O Historiador Hoje*. In: *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1980.
12. ECO, Humberto. *Conceito de Texto*. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSp, 1984. 213p.
13. ENZENSBERG, Hans Magnus. *O Vagão Humano*. In: *Veja: 25 Anos*. São Paulo: Editora Abril, 1986.
14. FEBVRE, Lucien. *Peuvre Contra o Espírito de Especialização: uma cana de 1933*. In: *Política*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1978.
15. HOBSBAWN, Eric J.. *A Era dos Impérios 1914-1919*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
16. _____. *A Era dos Extremos: breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
17. IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. 2.ed. Rio de

- Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.
18. _____: *A racialização do mundo*. in.: Tempo Social: revista de sociologia da USP. v.8, n.1. São Paulo: Editada USP, 1996.
- 19.LEFORT, Claude. *As Formas da História*. São Paulo: Brasiliense, 1979. 334p.
- 20.LE GOFF, Jacques. *As Mentalidades: Uma História Ambígua*. In: *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976. 240p.
- 21.LEMOS, Miguel. *A questão inicial: reflexões sobre a influência alemã*. 3.ed. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1937.10p.
- 22.QUEIROZ, Eça. *A emigração como força civilizadora*. Lisboa: Editora Perspectivas e Realidades, 1979.
- 23.PIAZZA, Walter & Hübener, Laura M. *Santa Catarina: História da Gente*. 2.ed. Florianópolis: Editora Lunardeli, 1987. 152p.
24. RIBEIRO, Darcy. *O processo Civilizatório*. 7.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- 25.ROMERO, Silvio. *O Brasil Social*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. vol. 114, tomo LXIX Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- 26.SCHELBAUER, Anaete Regina. *Da Instrução à Educação*. in.: Revista Unimar. v.18, n.1. Maringá: Ed. da UEM, 1996.
- 27.SOUZA, Raul Alves de. *Educação Primária Escolar: parecer e discurso*. Sessão Legislativa de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. 112p.
- 28.TOMANIK, Eduardo Augusto. *O Olhar no Espelho: "Conversas" Sobre a Pesquisa em Ciências Sociais*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994. 242p.
- 29.VERÍSSIMO, José. *A Educação nacional*. 3.ed. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1985.
- 30.VILAR, Pierre. *História Marxista História em Construção*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1976. 196p.
- 32.VOVELLE, Michel. *Ideologia e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 414p.
- 33.WILLENS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil: Estudo Antropológico dos Imigrantes Alemães no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946. 609p.